

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO AVALIADOR

Paulo Sérgio Cardoso¹

Geórgia Martins Baeta Neves²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar características que direcionam e influenciam a Avaliação Psicológica com uso de testes. A metodologia consistiu na realização uma pesquisa na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde – BVS Psicologia. Como resultados foram encontrados os seguintes temas mais recorrentes: mau uso dos instrumentos (04), CFP/SATEPSI (05), formação continuada (05), formação deficitária (06), crise na psicologia (02), não praticar avaliação psicológica (03), subjetividade e erro (02), validade e precisão (03). Os resultados encontrados neste trabalho nos permitem ver a necessidade de se aprimorar o ensino da técnica da Avaliação Psicológica e o uso de testes ainda na graduação, assim, como a necessidade da realização de uma especialização na área e um constante aprimoramento nas técnicas.

Palavras – Chave: avaliação psicológica; testes; profissionais.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify characteristics that guide and influence the Psychological Evaluation with the use of tests. The methodology consisted in conducting a research in the database of the Virtual Health Library - VHL Psychology. As a result, the following recurrent themes were found: poor use of instruments (04), CFP / SATEPSI (05), continued training (05), lack of training (06), crisis in psychology (02), no psychological evaluation), subjectivity and error (02), validity and precision (03). The results found in this study allow us to see the need to improve the teaching of the technique of Psychological Assessment and the use of tests still in the graduation, as well as the need to carry out a specialization in the area and a constant improvement in the techniques.

Keywords: psychological evaluation; tests; professionals.

1-Psicólogo, Especializando em Avaliação Psicológica no UNI-RN

(E-mail: psicologopaulocardoso@gmail.com)

2-Professora, Coordenadora e orientadora da Especialização em Avaliação Psicológica no UNI-RN

(E-mail: georgia@unirn.edu.br)

INTRODUÇÃO

O uso de teste é uma prática muito comum e usual nas mais diversas sociedades, seja na escola, concursos na busca de um emprego, na faculdade e em tantas outras formas que somos avaliados no decorrer de nossas vidas. Segundo Dubois (1970 *apud* PASQUALI, 2009, RAFALSKI E ANDRADE, 2015), existem registros que identificam a utilização de testes psicológicos na seleção de candidatos a funcionários na China. Dentre estas avaliações, existem as que foram criadas especificamente para avaliar as condições relacionadas para aptidões no desempenho de algumas atividades nas quais exigem-se destreza, controle emocional, capacidade de concentração e atenção, dentre outras.

Podendo ser destacadas aqui, por exemplo, a necessidade de AP para aquisição da habilitação para dirigir automóveis, de pilotos para conduzirem suas aeronaves, ter as condições psicológicas que reúnam as capacidades no exercício de profissões que sejam necessário o uso de armas de fogo, apenas para citar algumas, e para isto, pelo menos na realidade dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, exige-se a realização de Avaliação Psicológica (AP). No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia é o responsável por normatizar estas avaliações, como sugere o decreto presidencial 79.822 de 17 de junho de 1977 que instituiu o órgão e dá outras providências.

No processo de AP os profissionais dispõem de testes psicológicos para auxiliar e dar maior rigor científico aos seus achados, no entanto, como alertam Trentine, Bandeira e Krug (2016) o descuido, o mau uso ou mesmo o não uso de técnicas apropriadas podem ter consequências negativas para a vida do avaliando.

Por meio da AP com intuito de se poder chegar a obter um diagnóstico que auxilie no bom andamento do tratamento farmacológico e terapêutico ou ambos em conjunto quando necessário. Segundo Cohen, Swerdlik & Sturman (2014, p. 409) “os instrumentos de avaliação podem ajudar a guiar as decisões relativas ao tratamento”. Sendo que esta modalidade dupla de tratamento pode ser indicada como uma forma de se intensificar e possibilitar melhores resultados em um espaço de tempo mais reduzido do que se fosse optado por apenas uma das formas de tratamento.

A Avaliação Psicológica, como sugere Cruz (2004, *apud* RAFALSKI e ANDRADE, 2013) é um processo no qual se investiga para tornar conhecidos os fenômenos psicológicos, o que possibilita a interação e proporciona uma maior garantia nas escolhas profissionais.

METODOLOGIA

Para a produção deste trabalho, foi realizada uma pesquisa na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde – BVS Psicologia, com as palavras chaves citadas anteriormente. Obtendo como resultados um total de vinte (20) artigos na Bases em Textos Completo, sendo estes distribuídos da seguinte forma: dezoito (18) da Scientific Eletronic Library (Scielo) e duas (02) do Index Psi livros Eletrônicos (E-BOOKS), com estes dois últimos resultados sendo descartados, pois não fazem parte do objetivo desta revisão, que pretende apenas abordar artigos publicados em periódicos, permanecendo, desta forma, os dezoito (18) artigos da Scielo, sendo que destes, sete (07) foram excluídos por tratarem de temas como: deficiências sensoriais, disputa de guarda, ou seja, que fugiam do tema proposto para consecução deste trabalho, que seja, a Avaliação Psicológica e uso de testes pela ótica dos profissionais em psicologia, baseado em pesquisas realizadas com o objetivo de identificar as variáveis envolvidas no processo de avaliação e testagem psicológica.

Após a leitura de cada um dos artigos, os temas abordados nestes de forma recorrente e considerados importantes pela sua relevância no processo de avaliação psicológica, na qual a sua não observação influenciariam de forma decisiva, invalidando todo o processo ou produzindo resultados que não seriam válidos e, com isso, conduziram ao descrédito da avaliação, e o pior, que seriam resultar em possíveis danos aos avaliandos, podendo chegar a causar pioras em alguns quadros de adoecimento e, com isso, mais sofrimento, podendo resultar, em casos extremos, até mesmo em morte. Como afirma Sousa e Alvares (2011 *apud* ALCHIERE e CRUZ, 2003, p. 403) “a avaliação procura medir fenômenos e processos psicológicos humanos por meio de diagnósticos e prognósticos, que remetem a padrões recorrentes de comportamentos...”.

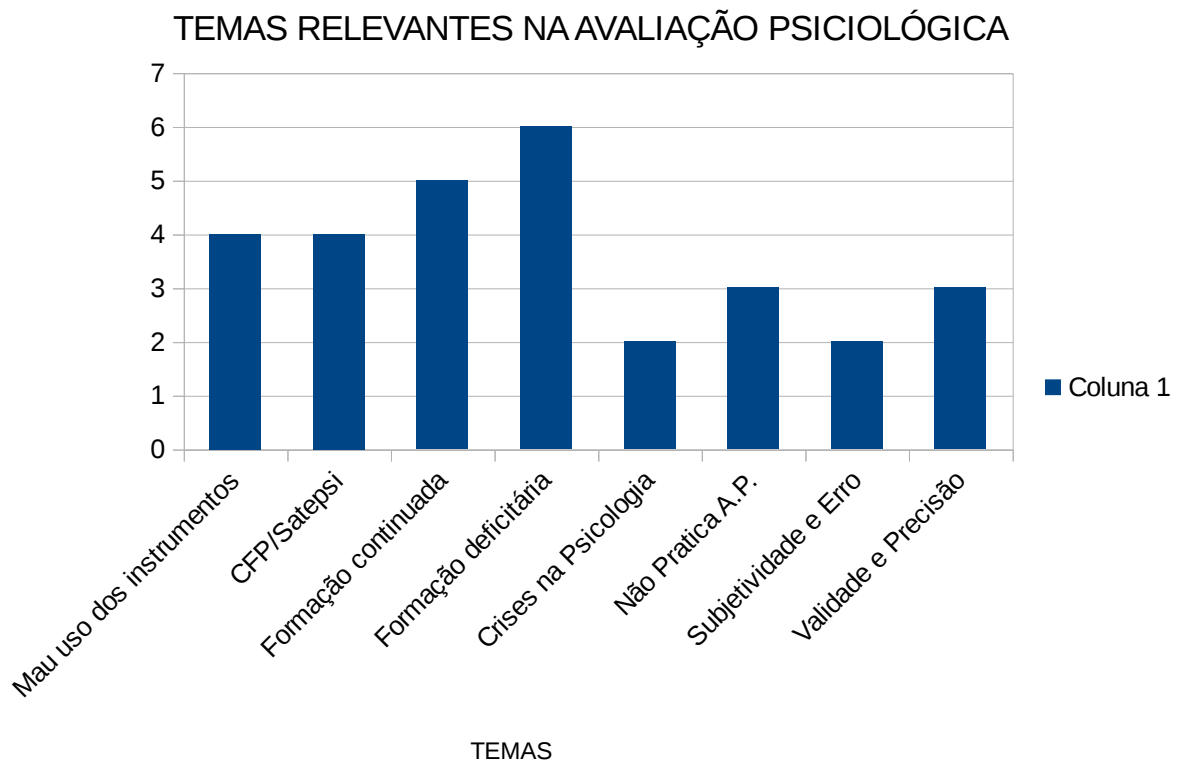
Portanto, é de extrema importância e de especial atenção, a consideração das minúcias, por parte dos profissionais que se dispõem a realizar tão delicada tarefa, que tenham como interesse maior, a responsabilidade em fornecer uma avaliação que seja rigorosamente obedecido os critérios de administração e correção dos seus instrumentos psicológicos utilizados.

Sendo estes temas; de acordo com a ordem em que emergiam e se repetiam consecutivamente nos demais estudos realizados; agrupados, e relacionados entre si, levando em consideração os resultados equivocados, ou seja, errôneos, que poderiam produzir ao final da avaliação psicológica.

RESULTADOS

Com a análise dos resultados encontrados nos estudos publicados, alguns pontos provenientes da avaliação psicológica foram categorizados de acordo com sua relevância para uma condução e conclusão da tarefa de forma a obedecer a critérios cientificamente estabelecidos na produção dos testes utilizados para o processo.

A tabela a seguir servirá, além de proporcionar uma visão geral da organização dos resultados, como um guia para a discussão dos achados, possibilitando, com isso, um direcionamento e interligação entre os diferentes trabalhos realizados e utilizados aqui.



Desta visualização inicial dos dados, passaremos a seguir a realizar a análise e discussão, na qual serão privilegiadas as inter-relações entre os estudos realizados, viabilizando um maior entendimento das variáveis envolvidas para a consecução de uma avaliação psicológica feita por profissionais que desejam realizar um trabalho que leve em consideração a pessoa do avaliando, da própria área de atuação, assim, como também da própria psicologia.

Com a desconsideração destas variáveis envolvidas no processo avaliativo, a possibilidade de causar uma visão distorcida, por parte da sociedade, deste recurso que quando bem administrado

será de grande valor para as partes envolvidas, seja de forma direta ou indireta, como na seleção de prestadores de serviços públicos, que serão os responsáveis diretos por atender as demandas sociais e de suas interações com o meio no qual estão inseridos, ou seja, a consideração de ser responsável por prestar um serviço de qualidade assegurada.

Por tanto, podendo tornar-se uma situação realmente da qual ninguém se beneficiaria dos prejuízos decorrentes do mau uso desta técnica e, ainda, colocando a própria ciência psicológica em dúvidas quanto a sua real eficácia enquanto ciência, como já ocorrido no passado com a crise que a psicologia viveu, na qual uma das situações precipitadoras segundo Hazboun e Alchieri (2013 *apud* ALCHIERI & CRUZ, 2009), foi uma rápida proliferação dos cursos de psicologia não teve o aumento proporcional de profissionais capacitados para ministrar às disciplinas, consequentemente, a qualidade do ensino ficou reduzido.

DISCUSSÃO

A área de AP com uso de testes, os quais fundamentam e auxiliam no diagnóstico psicológico feita pelos profissionais, com objetivos dos mais diversos, exigem uma correta prática durante o processo de administração, tal qual no momento da interpretação dos dados obtidos. É dever fundamental dos psicólogos o oferecimento de serviço de qualidade com condições de trabalho apropriadas, zelando o material privativo do psicólogo... sendo vedada a emissão de documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica (CFP, 2005).

Evitando ou minimizando ao máximo possível resultados que poderiam funcionar como um desserviço que prejudicaria o avaliando, seja com sua aprovação ou reprovação. A utilização de testes de forma adequada, evita erros na escolha de profissionais, injustiças com os candidatos, contratação de pessoas vulneráveis a transtornos psiquiátricos (RABELO et al. 2009, *apud* NORONHA 2000, PEREIRA, PRIME & CÔBERO 2003). Pois, ao considerarmos que uma pessoa que seja submetida a uma AP, tendo como objetivo assumir um cargo que demande muito deste, e, no entanto, este indivíduo não disponha de recursos suficientemente estabelecidos em sua constituição e desenvolvimento psicológico, e mesmo assim, seja erroneamente considerado apto em sua avaliação, terá uma chance bem maior de apresentar um transtorno psicológico em decorrência do ambiente estressante propiciado pelo trabalho.

Se a inaptidão do candidato submetido à avaliação para o desempenho da função que este estava almejando, e da qual não dispunha de condições psicológicas para desempenhá-la tivesse sido corretamente identificada na AP, teria evitado o seu adoecimento e comprometimento de sua vida tanto profissional como privada em decorrência da carga ambiental sofrida na tentativa de

desempenho de sua profissão. Neste caso, o contratante também teria custos extras e desnecessários, pois, provavelmente pode ficar sem seu funcionário, e ainda tenha a necessidade de contratar outro para desempenhar as atividades que eram atribuídas ao anterior.

Podemos pensar que da mesma forma que uma reprovação por inaptidão em uma AP, para um candidato que seria apto, isso em consequência de uma inadequada e, portanto, errada AP, seria também um grande prejuízo na vida de alguém que se preparou para conseguir sua aprovação e ter uma carreira na qual almejava. Despendendo para isso muito tempo de estudo e investimentos, como em cursinhos preparatórios para concursos.

Dentre os resultados, a formação deficitária foi o tema recorrente. Surgindo em seis (06) trabalhos dos onze (11) pesquisados. A formação em avaliação recebe muitas críticas e questionamentos, ela representa muitos desafios diante das constantes transformações que a psicologia precisa enfrentar nestes novos tempos (GODOY, NORONHA, 2005 *apud* BASTOS, 2002). Mostrando com isso, a grande preocupação com a formação do psicólogo por parte dos pesquisadores.

Podemos entender que estas críticas relacionadas à formação e ao processo de AP por parte de alguns autores, reflete o compromisso ético no bom desempenho da atividade profissional, visando uma boa prestação de serviço.

A formação continuada ocupou o segundo lugar. Do qual podemos perceber que a boa formação durante a graduação precisa ser seguida da continuidade de uma pós-graduação na área de avaliação com uso de testes. Em uma pesquisa com psicólogos Portugueses, conduzida por Diniz, Almeida e Pais (2007), teve como resultado que existe uma acentuada procura por cursos de pós-graduação, e destes, com atuação de profissionais em diferentes áreas da psicologia, 53,8% afirmaram ter pós-graduação para utilização de testes psicológicos. Desta maneira, uma formação de profissionais da psicologia, mesmo que seja intensificada a metodologia da testagem psicológica na grade curricular, ainda assim, requer a continuidade do ensino após a formação, para que com isso, possamos prestar um trabalho de qualidade.

Esta formação continuada pode ter conseguido o segundo lugar como um tema preocupante na AP por intermédio da formação deficitária, pois ela serviria como um complemento à graduação. Em um trabalho realizado com psicólogos que trabalham no setor de avaliação para habilitação, conduzida por Silva e Alchieri (2010) conclui-se que grande parte dos problemas nesta área, dizem respeito aos psicólogos. Podendo indicar uma formação ou mesmo uma capacitação deficitária destes profissionais neste importante contexto que requer permanente atualização.

Por tanto, AP requer um constante aprimoramento nas novas técnicas que surgem com o objetivo de acompanhar as demandas sociais, pois, da mesma forma que as sociedades evoluem, a AP precisa acompanhar este movimento e, para tanto, se faz necessária uma constante atualização, por parte dos psicólogos, nos usos de testes, entrevistas e outros meios para suprir estes avanços de forma qualificada e ética, sendo algo imprescindível na prática profissional para que venha ter um respaldo científico que garanta à psicologia seu status de ciência responsável por avaliar algo tão dinâmico e complexo quanto a personalidade, por exemplo. Porém, segundo a formação em avaliação psicológica no Brasil é incipiente e o reflexo disso recai na prática profissional (NORONHA, PRIMI, ALCHIERI, 2005).

O mau uso de instrumentos ganhou grande relevância nos trabalhos aqui revisados, ocupando a terceira posição como assunto referido. Dentre os usos inadequados, sugeridos pela má formação acadêmica neste contexto, assim como falta de um permanente aprimoramento das técnicas no uso da AP, vemos a preocupação com uso de testes que não estão aceitos como válidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), trabalho realizado pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi). A Resolução 002/2003 do CFP define e regulamenta o uso, elaboração e comercialização dos testes psicológicos.

O Satepsi é o principal meio pelo qual os profissionais podem saber se um teste psicológico está adequado para ser utilizado, ou se estar com seu uso suspenso, e, neste caso, precisando passar por uma nova reformulação para atender as exigências pertinentes de uma ferramenta elaborada para avaliar características das quais se diz capaz de conseguir com sua administração, ou seja, encontrar os resultados que se diz poder avaliar de fato. E, desta forma, teria sua venda liberada e utilização garantida para que se possa obter, em decorrência de sua utilização, respostas satisfatórias aos questionamentos que suscitaram a necessidade de uma AP.

A ferramenta que fornece as informações sobre a liberação ou proibição do uso de testes, o Satepsi, está disponível “*on-line*”. Sua utilização é de fácil acesso e de uso gratuito, sendo indispensável sua consulta, por parte dos psicólogos, para que possam trabalhar com testes que estejam com sua utilização liberada, o que garante, assim, a eficácia do instrumento que esteja em uso no processo de avaliação.

A quinta e a sexta posição foram ocupadas, respectivamente, pelo não uso de testes, por partes dos psicólogos e também quanto a validade e a precisão dos instrumentos psicológicos. Como afirmam Hazboun e Alchieri (2013), alguns psicólogos relatam não realizarem avaliação psicológica por não fazerem uso de testes psicológicos, no entanto, dizem fazer outro tipo de avaliação, seja usando critérios estabelecidos em manuais que auxiliem na realização da avaliação, ou a partir da fala do seu paciente. Hazboun e Alchieri (2013, p. 368) “A ideia recorrente... é a de

que a AP não faz parte das atividades realizadas pelos profissionais em questão, muito embora... possa ser realizado algum tipo de avaliação”.

Com essa ideia sobre avaliação psicológica, por parte dos profissionais, de que não realizam AP por não usarem testes, nos remete ao nosso primeiro tema abordado: formação deficitária. Pois, estão relacionados diretamente a AP com o uso de testes, ou seja, não percebem que estão realizando AP, porém, sem uso de testes.

Ao afirmarem que não realizam AP, apenas por não usarem testes, mas que usam outros meios para atingir os mesmos objetivos podemos inferir que estes psicólogos demonstram não ter uma formação que lhes permitissem um contato próximo com o procedimento de AP e o uso de testes, que servem para embasar os achados deste processo.

Com isso, uma formação que não tenha atingido princípios minimamente básicos, ao considerarmos a prática do uso de testes e da avaliação psicológica, pode ser a maior causa da falta de um entendimento sobre o uso de testes no processo de AP (GODOY e NORONHA, 2005) e de uma provável recusa por utilizar os mais diversos e úteis instrumentos disponíveis para tal fim.

Outra situação encontrada como motivo para não usar testes psicológicos vem desde as origens da psicologia no contexto educacional, com a psicometria, no qual alguns profissionais relatam que os testes servem para culpabilizar os alunos por sua não aprendizagem, um problema de origem social que a testagem procura defeitos nos estudantes (FACCI et al, 2007).

Os dois últimos pontos abordados sobre avaliação psicológica foram: a crise sofrida pela psicologia e, a subjetividade e o erro que pode decorrer dela. Ao falarmos da crise, podemos perceber com isso, o quanto o histórico pode afetar uma ciência em sua essência, ou seja, na sua precisão dos resultados obtidos por meio de suas técnicas empregadas para tentar solucionar problemas, ou situações vividas por pessoas que precisam deste aporte para que lhes permitam ter um resultado objetivo para suas demandas, e, assim, tenham confiança na prática profissional dos psicólogos, ou seja, um processo dialético que serve para equalizar esta interação.

A crise vivida na psicologia brasileira, em muito, decorreu do uso inadequado de testes psicológicos que não eram normatizados a realidade do público ao qual estavam sendo administrado. Segundo Padilha, Noronha e Fagan (2007) grande parte dos problemas foram decorrentes do início do uso dos testes no Brasil na década de 60, neste período os primeiros testes ainda estavam sendo estudados. Os testes eram padronizados para outra população, por exemplo: americana, e, no entanto, eram apenas traduzidos para o português e usado com brasileiros. Produzindo desta forma resultados que não era condizente com o que se poderia esperar dos

avaliandos, com isso, a testagem psicológica caiu em descrédito pela população. Situação que persistiu até a criação do Satepsi.

O Satepsi foi uma necessidade em decorrência dos problemas encontrados do mau uso dos instrumentos psicológicos, os testes. Com sua criação foi possível regulamentar uma padronização para a produção dos testes, bem como, a possibilidade de acompanhar que testes podem ou não ser usados. Um exemplo disto é o teste Wartegg, que já foi amplamente usado no Brasil e, atualmente está na lista de testes não favorável pela escassez de estudos de validade e precisão com a população do Brasil (ALVES et al, 2010).

Um assunto recorrente na prática da avaliação psicológica é sobre a subjetividade e o quanto pode ser interpretada ou entendida de diferentes formas por diferentes profissionais, ou seja, um teste psicológico que avalie características da personalidade pode, a partir de seus resultados, propiciar diferentes interpretações se estes forem avaliados por outros profissionais, como sugere Alves Et al. (2010) toda avaliação que envolva aspectos subjetivos em seu processo estará mais propensa a erros e consequentemente a imprecisão. Porém, segundo Godoy e Noronha (2005 *apud* ALCHIERI, 1999) existem procedimentos na avaliação com regras e situações bem definidas que sendo obedecidas, permitem a qualquer psicólogo obter os mesmos resultados que outro profissional tenha conseguido.

Ainda sobre a subjetividade do administrador, Alves et al. (2010, *apud* VANE e GUARNACCIA, 1988) afirma que os profissionais usuários dos testes que utilizam a técnica projetiva, os quais, diferente dos testes que são expressos em forma quantitativa em dimensões únicas, estão sujeitos a interpretação do próprio psicólogo e, por tanto, a sua subjetividade.

Com tudo, estes constantes questionamentos sobre os resultados obtidos com instrumentos criados com o propósito de avaliar a personalidade, serve ao mesmo tempo como um forte incentivo para o aprimoramento na produção de testes que apresentem validade e fidedignidade, assim como na preparação profissional, por partes dos psicólogos, com participação em cursos específicos, programas de Pós graduação e demais eventos que envolvam a AP. Propiciando desta forma uma qualidade de excelência no serviço prestado. Assim como o inverso desta situação também é verdadeiro, como nos mostra a história da psicologia, em sua crise.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados neste trabalho nos permite ver a necessidade de se aprimorar o ensino da técnica da Avaliação Psicológica e o uso de testes ainda na graduação, assim, como a

necessidade da realização de uma especialização na área e um constante aprimoramento devido às novas possibilidades surgidas neste universo que se encontra a AP.

O uso de testes psicológicos é restrito aos profissionais da psicologia, CFP (2003), podemos entender como sendo algo intrínseco ao psicólogo, que fortalece nossa identidade e nos define entre outros profissionais, no entanto, como vimos no decorrer deste trabalho, torna-se uma necessidade a qualificação profissional e, uma permanente atualização para acompanhar o desenvolvimento desta área, e com isso para uma prestação de serviço com a qualidade que se pode oferecer. Não esquecendo os riscos envolvidos na não observação do atendimento destas diretrizes, como nos mostra a história com a crise enfrentada pela psicologia.

O que poderia levar junto uma má reputação da validade dos testes e da psicologia, independente da área de atuação, provocando, assim, uma generalização resultante de mau uso deste importante recurso, comprometeria não apenas aos profissionais que utilizam este meio como ferramenta avaliativa para fundamentar suas decisões, mas, provavelmente, a todos os profissionais da psicologia em uma generalização indistinta. Pela relevância do assunto aqui abordado, sugere-se uma pesquisa atualizada e mais aprofundada com profissionais de psicologia para se saber como está o nível de conhecimento na área de avaliação psicológica com uso de testes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Irai Cristina Boccato et al. Precisão entre juízes na avaliação dos aspectos formais do teste de Wartegg. **Aletheia**, Canoas, n. 31, p. 54-65, abr. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018.
- BRASIL. Decreto N° 79.822, de 17 de junho de 1979. Regulamenta a Lei nº5.766, de 20 de novembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Brasília, DF, jun 1977.
- COHEN, Ronald Jay; SWERDLIK, Mark E.; STURMAN, Edward D. - **Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas**. 8, ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2003). **Resolução 002/2003**: Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. Brasília-DF.

- FACCI, Marilda Gonçalves Dias et al. Psicologia histórico-cultural e avaliação psicológica: o processo ensino aprendizagem em questão. **Psicol. esc. educ.**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-338, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018.
- GODOY, Silvia Leite de; NORONHA, Ana Paula Porto. Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**, Niterói, v. 17, n. 1, p. 139-159, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232005000100011>.
- HAZBOUN, Andressa Moreira; ALCHIERI, João Carlos. Justificativas e concepções de psicólogos que não utilizam avaliação psicológica. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 12, n. 3, p. 361-368, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018
- NORONHA, Ana Paula Porto; PRIMI, Ricardo; ALCHIERI, João Carlos. Instrumentos de avaliação mais conhecidos/utilizados por psicólogos e estudantes de psicologia. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 390-401, Dec. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722005000300013>.
- PADILHA, Sandra; NORONHA, Ana Paula Porto; FAGAN, Clarissa Zanchet. Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 69-76, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018.
- RABELO, Ivan Sant' Ana et al. Aplicação das escalas de personalidade EFS e EFEx no contexto organizacional. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 109-117, abr. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018.
- RAFALSKI, Julia Carolina; ANDRADE, Alexsandro Luiz de. Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 599-612, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000200599&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370301472013>.
- SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e; ALCHIERI, João Carlos. Validade preditiva de instrumentos psicológicos usados na avaliação psicológica de condutores. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 695-706, dez. 2010. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000400013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000400013>.

SOUSA, Edson Luiz André de; ALVARES, Rita de Cassia Mendes. Imprevisibilidade e avaliação psicológica no trânsito da cidade contemporânea. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 397-417, mar. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2018.

TRENTINI, Clarissa Marcelli; BANDEIRA, Denise Ruschel; KRUG, Jefferson Silva. **Escolha dos instrumentos e das técnicas no psicodiagnóstico**. In: Huts, Claudio Simon(org.), Psicodiagnóstico. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2016.